

# ENFOQUES E ESTRATÉGIAS SOBRE O TEMA DA MULHER, DE GÊNERO E SUSTENTABILIDADE

## Approaches and strategies on woman's theme, gender and sustainability

*Eliane Schmaltz Ferreira<sup>(\*)</sup>*

### Resumo

Este artigo privilegia o tema da emergência de novas formas de sociabilidade que se define pela articulação das práticas construídas e desenvolvidas pelas ONGs do Cerrado na cotidianidade e na proximidade – práticas ambientais e de gênero -, com a construção de uma rede ético-política gerada nos movimentos sociais e fortalecida pelos atores de ONGs, com vocação pela ampliação da cidadania e justiça social.

**Palavras-chave:** Gênero, Meio Ambiente e Sustentabilidade.

### Abstract

This article is about the arising of new forms of sociability, which are defined by the articulation of practices established and developed by the Cerrado non-governmental organizations (NGOs), in the daily routine and in the vicinity – environmental and gender practices – with the construction of an ethical – political web, generated within the social movements, and strengthened by NGO actors, with vocation to expand citizenship and social justice.

**Keywords:** Gender. Environment and Sustainability.

## INTRODUÇÃO

A segunda onda do feminismo brasileiro surgiu no fim da década de 1970 à sombra da ditadura, como um movimento de mulheres educadas e de classe média e alta ligadas aos grupos de esquerda. Nas duas décadas seguintes, porém, esse núcleo diversificou-se, o feminismo tornou-se feminismos, enquanto outros movimentos de mulheres foram sendo criados por socialistas, operárias, empregadas domésticas, negras, lésbicas, trabalhadoras rurais e outras. Muitos desses movimentos não se identificaram explicitamente como feministas, mas todos, em diferentes maneiras, lutaram contra a subordinação das mulheres e a favor de relações de gênero estruturadas na base da igualdade.

---

<sup>(\*)</sup> Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1988), graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia (1974), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1992) e Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2001). Professora Associada I do Instituto de Ciências Sociais (INCIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Membro do Núcleo de Estudos de Gênero – NEGUEM, da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: cotidiano e gênero, relações sociais e ecologia, ONGs e terceiro setor, gênero e sociabilidade. E-mail: [nanesferreira@gmail.com](mailto:nanesferreira@gmail.com).

Texto recebido em: 18 jul.2016. Texto aprovado em: 30 Ago.2016.

Por outro lado, assistimos a um rápido fluxo dos discursos e das práticas de gênero através das fronteiras nacionais, a uma progressiva participação de feministas brasileiras nos encontros internacionais em todo o mundo, e o crescente número de agências de fomento de países industrializados que desembarcaram em territórios locais, evidenciando a transnacionalização da esfera discursiva que Nancy Fraser<sup>1</sup> chama de “o social”. O social contém públicos múltiplos e parcialmente sobrepostos, alguns deles dominadores e outros subalternos. Fraser define esses últimos como “arenas discursivas paralelas nas quais membros de grupos sociais subordinados (...) formulam interpretações de oposições para suas identidades, interesses e necessidades<sup>2</sup>. O “social” difere das interpretações dominantes de sociedade civil. Enquanto esta tem um caráter institucional, construído com base em associações formais, a categoria de Frazer é um espaço mais fluído, em que os discursos são disseminados e contestados. Nesse processo, foi criado um “público” feminista diferenciado, que passa por cima de divisões nacionais, linguísticas, de classe, de raça, de comunidade rural ou urbana e outras.

## 1 PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DE GÊNERO, “TEORIA” E PRÁTICA

Os debates contemporâneos de gênero estão marcados pela ênfase na pluralidade, em suas diversas dimensões. São diferenciadas as perspectivas de muitas das autoras que participam desse debate e se inscrevem no marco de aproximações desconstrutivistas. Pela maneira como é utilizado por Derrida, o termo desconstrução refere-se especificamente ao processo de desvendar as metáforas de maneira que seja possível revelar sua verdadeira lógica que costuma consistir em oposições binárias simples.

Embora não desenvolvendo tão estritamente a metodologia de Derrida, muitas das autoras envolvidas nos debates contemporâneos de gênero consideram que trabalham uma abordagem desconstrutivista, uma vez que olham criticamente para os

---

<sup>1</sup>FRAZER, Nancy. Women, welfare and the politics of need interpretation. In: *Unrulypractices: power, discourse and gender in contemporary social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989. P. 144-160.

<sup>2</sup>FRAZER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution on the critique of actuality existing democracy. In: *Justice interrupts: critical reflections on the post-socialist condition*. New York: Routledge, 1997, p. 123.

supostos sustentados pelas diversas disciplinas, examinando e desmontando seus modos de discurso. Essa acepção de desconstrução é, entretanto, criticada por feministas, que só admitem sua utilização em sentido estrito<sup>3</sup>.

Considerando-se explicitamente feministas, ou reconhecendo sua dívida com a discussão feminista, essas autoras coincidem nos esforços para pensar o gênero de uma maneira não identitária. Isto é, coincidem na tentativa de analisar criticamente os procedimentos, por meio dos quais o gênero é concebido como fixando identidades, e de formular conceituações que permitam descrever as múltiplas configurações de gênero existentes. Embora essa seja uma terminologia específica de Judith Butler<sup>4</sup>, diversas autoras contemporâneas como, por exemplo, Donna Haraway e Marilyn Strathern coincidem nesses esforços<sup>5</sup>.

No âmbito das discussões feministas, essas perspectivas têm recebido diversos tipos de críticas. Entre os questionamentos, encontram-se aqueles que apontam para as incompatibilidades presentes, no terreno filosófico, entre as versões que se apresentam como pós-modernas, e o projeto feminista, considerado como crítica e projeto de sociedade, como ancorado na tradição da modernidade. Eleni Varikas e Bila Sorj<sup>6</sup> sintetizam essas críticas, mostrando que as noções e os supostos em torno dos quais desenvolveu-se o feminismo – a percepção da realidade como estrutura que a razão aperfeiçoada tem condições de descobrir por meio da pesquisa científica; a noção de um sujeito racional e unificado, capaz de agir de maneira consciente e coerente para sua própria libertação; a conceitualização homogeneizante e etnocêntrica da categoria mulheres e a tendência a minimizar ou apagar a diversidade; a pretensão a um ponto de vista crítico que englobe o conjunto das relações sociais injustas e a visão de uma temporalidade linear – referem-se, implícita ou explicitamente, a uma filosofia moderna da história, centrada na ideia de emancipação como resultado de uma marcha progressiva do progresso ou da razão.

---

<sup>3</sup>Para algumas dessas críticas vide STRATHERN, Marilyn. *Between a Melanesianist and a feminist. Reproducing the future, Anthropology, kinship and the new reproductive Technologies*. New York: Routledge, 1992.

<sup>4</sup>BUTLER, Judith. *Gender trouble, feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

<sup>5</sup>Vide, por exemplo: STRATHERN, Marilyn. *The gender of the gift*. California: University of California Press, 1988; HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs and women. The reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.

<sup>6</sup>VARIKAS, Eleni. *Feminism, modernité, posmodernisme*. Observação pour um dialogue des deux cotes de l'océan, 1993. (mimeo); SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA & BRUSCHINI. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas/Rosa dos Ventos, 1992.

Ao mesmo tempo, esse tipo de crítica, na visão de Piscitelli<sup>7</sup>, chama a atenção para o potencial de riqueza que alguns aspectos das perspectivas desconstrutivistas poderiam apresentar. Esses aspectos estão na insistência em interrogar supostos implícitos da reflexão feminista, frequentemente não problematizados. Essas perspectivas afirmam, ao contrário, a impossibilidade de uma universidade elaborada ou definida a partir de um único ponto de vista. Nesse sentido, os escritos das que se auto-denominam “mulheres de cor” ou do “terceiro mundo” têm recebido particular atenção, considerando que eles podem permitir a superação dos problemas epistemológicos que dominaram os supostos teóricos feministas.

Nesses escritos, entretanto, também se formulam sérias críticas às contradições observadas nas discussões pós-modernas. No entanto, essas críticas centram-se, sobretudo, no lugar que essas discussões estão ocupando na construção e difusão do conhecimento. “Mulheres de cor” e/ou “mulheres do terceiro mundo” afirmam que essas perspectivas, apesar de chamarem atenção para as experiências das “diferenças”, tendem a apropriar-se delas por meio de mecanismos, mais uma vez, excludentes. Intelectuais e mulheres negras questionam não tanto o sentido do pós-modernismo, mas a linguagem cifrada em que ele se expressa: uma linguagem codificada em termos de uma audiência que alija as vozes das pessoas negras, deslocadas, marginalizadas. Intelectuais e mulheres do “terceiro mundo” assinalam que esses debates marginalizam, mais uma vez, o conhecimento das feministas “nativas”, sufocando outro tipo de aproximação.

As discussões feministas sobre a relação entre “teoria” e prática parecem, segundo Piscitelli, ter se acirrado a partir da difusão das perspectivas desconstrutivistas. Os questionamentos elaborados pelas feministas voltadas para o ativismo mostram que, entre elas, essas perspectivas ocupam um lugar, no mínimo, ambíguo, quando não abertamente negativo.

Entre os argumentos com que essas perspectivas são atacadas, afirma-se que sua procura de dessencialização desestabiliza o “conceito/categoria” mulher(es), considerado como ponto de partida necessário para a teoria e política feministas. Linda

---

<sup>7</sup> PISCITELLI, Adriana. *Paradoxos*: perspectivas contemporâneas de gênero no embate entre feminismos globais e ativismos locais. Campinas: Pagu, 2001, p. 03. (mimeo).

Alcoff<sup>8</sup> explica com clareza o dilema que as perspectivas desconstrutivistas apresentam para o feminismo. A teoria feminista, entendida como a reavaliação da teoria social desde o ponto de vista das mulheres assim como a política feminista, voltada para a transformação da experiência vivida das mulheres na cultura contemporânea, perfeitamente coerentes com uma perspectiva que pensa na cultura como construída sobre a base da supremacia masculina e o controle das mulheres (patriarcado), têm suas raízes num conceito de mulher, que agora parece ser preciso dessencializar em todos os aspectos. Mas a desconstrução, ao não oferecer alternativas “positivas”, dificultaria acionar um movimento. Além de dissolver o sujeito político “mulheres”, as perspectivas desconstrutivistas também são acusadas de reestabelecerem as distâncias entre a reflexão teórica e o movimento político.

A relação contemporânea entre teoria e prática é muito marcada pelo desgosto com que muitas feministas olham para as perspectivas “desconstrutivistas” de gênero. Todas as participantes de uma discussão recente, publicada pela Revista *Signs*, declararam que, no passado, foram teóricas e ativistas, mas, no presente, sentem-se apenas ativistas e que, na atualidade, as perspectivas teóricas lhes resultam “pouco úteis” porque inacessíveis, de difícil compreensão, excessivamente desconectadas da prática e paralisadoras, no sentido de que as leituras que elas fazem dessas perspectivas, nada pode ser nomeado e tudo se desloca e “torna-se impossível dizer nós”.

No debate, surge o consenso de que as perspectivas desconstrutivistas, que têm monopolizado o discurso teórico feminista, apagando as vozes de outras correntes, sublinham exageradamente as diferenças. As participantes na discussão teriam interesse numa teoria feminista que informasse as práticas feministas que fossem úteis, colaborando para gerar e sustentar movimentos de mulheres, desenvolvendo, por exemplo, perspectivas que oferecessem meios para reconhecer essas diferenças, e ao mesmo tempo, formar uma nova base de solidariedade entre as mulheres.

Nessa perspectiva, o feminismo global, pensado como a difusão do feminismo, entendido em sentido descentralizado no mundo todo, é considerado pelas participantes nesse debate, como um desafio, uma vez que exige traçar pontos em comum entre as mulheres.

---

<sup>8</sup> ALCOFF, Linda. Cultural Feminism versus post-structuralism: the identity crisis in feminist theory. *Signs*, London, v. 13, n. 3, 1988.

Haverá, em toda parte, mulheres ativamente envolvidas na resolução de problemas relacionados com mulheres na resolução de problemas relacionados com a sua condição de mulheres, trabalhando, para “empower” a si mesmas e às outras em agrupamentos que não seriam feministas, sentido tradicional, uma vez que não são movimentos pela igualdade, que organizam as mulheres como tais – e este é um aspecto do feminismo – em torno de uma diversidade de assuntos.

Piscitelli<sup>9</sup> faz uma importante reflexão sobre alguns processos desencadeados pela incorporação do gênero como questão fundamental na agenda de financiamentos internacionais. Ao fazer uma leitura crítica de uma série de experiências com diversas organizações que trabalham em prol das mulheres no Brasil, sugere que a maneira como as concepções feministas são utilizadas na implementação dessa exigência propicia uma série de tensões. Segundo essa autora, as perspectivas contemporâneas de gênero tornaram-se, paradoxalmente, ferramentas úteis para mapear tensões e, até em algum grau, distribuições diferenciadas de poder entre feministas ativistas, acadêmicas e ONGs que lidam com Programas que envolvem as mulheres.

Para Thayer<sup>10</sup>, as feministas urbanas brasileiras agarraram o que, no hemisfério Norte, sempre foi um conceito acadêmico e ligaram-no ao ativismo, ao destacar o modo como relações de gênero estruturam toda a vida social, podendo, assim, abrir um caminho para a transformação social. O conceito de gênero de Joan Scott explica que gênero, ao contrário de sexo, é socialmente construído, permitindo refletir sobre todos os aspectos da vida, incluindo sexualidade, identidade política e divisão do trabalho. O aprendizado que o conceito de gênero viabiliza é mostrar as relações de poder entre homens e mulheres, e como essas relações ocorrem.

Na acepção de Scott<sup>11</sup>, a sociedade legitima uma estrutura gênero/poder. Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero – distinções fundadas sobre o sexo, uma maneira de se referir à organização social das relações entre os sexos – estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica

---

<sup>9</sup> PISCITELLI, op. cit. p. 6. A equipe de pesquisadoras do PAGU, integrada por Suely Kofes, Carla Barssanezi, Marisa Corrêa e Adriana Piscitelli esteve envolvido no projeto “Linhas básicas para a sistematização acadêmica do trabalho com gênero em setores populares – desenvolvido junto a organização não governamental – ADITEPP, de Curitiba, entre 1994/95. Ver PISCITELLI, Adriana. *Third world paractices, firstworldfundinandthewomenbetween: a case study in Brasil* – Campinas: Pagu/Unicamp, 1998 – onde a autora reflete sobre o trabalho com a ADITEPP.

<sup>10</sup> THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina, n. 9, jan-jun. 2001, p. 107.

<sup>11</sup> SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução de Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

de toda a vida social. À medida que essas referências estabelecem distribuições de poder – um controle ou um acesso diferencial às fontes materiais e simbólicas -, o gênero torna-se envolvido na concepção de poder. É um primeiro modo de dar significação às relações de poder, uma dimensão decisiva da organização da igualdade e da desigualdade.

A relação entre as agências de desenvolvimento, o feminismo e as ONGs, tem por base algo mais do que um interesse institucional. Alvarez<sup>12</sup> sustenta que as ONGs latino-americanas têm uma identidade “híbrida”, que envolve tanto seu papel crescente como defensoras profissionais de políticas de gênero, quanto suas raízes em um movimento em favor de atribuição de poder às mulheres e da mudança cultural transformadora. Mesmo havendo cada vez mais pressão na direção “do lado técnico profissional” das ONGs, Alvarez vê o feminismo crítico ainda muito vivo entre as ativistas institucionalizadas. Para Thayer, essa identidade dual caracterizou as feministas em agências internacionais que deram apoio a projetos de mulheres.

## 2 ENFOQUES E ESTRATÉGIAS SOBRE O TEMA DA MULHER E DE GÊNERO

A prática social, no modelo analítico desenvolvido por Santos<sup>13</sup>, está estruturada em quatro espaços-tempo: o espaço-tempo mundial, o espaço-tempo doméstico, o espaço-tempo da produção e o espaço-tempo da cidadania. Cada um desses espaços-tempo tem problemas fundamentais com que se debatem no presente, e Santos centra-se no modo como tais problemas articulam-se com os problemas dilemáticos do espaço-tempo mundial analisados por meio de três vetores: a globalização da economia, o crescimento populacional e a degradação ambiental.

O espaço-tempo doméstico é o das relações familiares, nomeadamente, entre cônjuges e entre pais e filhos. Essas relações familiares estão dominadas por uma forma de poder, o patriarcado, que está na origem da discriminação sexual de que são vítimas as mulheres.

O patriarcado é visto por Santos como a matriz das discriminações que as mulheres sofrem fora da família, ainda que atue em articulação com outros fatores:

---

<sup>12</sup> ALVAREZ, S. E. *Advocating feminism. The Latina American feminist NGO “Boom”*. *International Feminist Journal of Politics*, v. 1, p. 191, 1999.

<sup>13</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1977, p. 286.

(Este) caráter matricial manifesta-se, no fato de que, a divisão social do trabalho tende a ser homogênea e relativamente estável em formações sociais com diferentes divisões sexuais do trabalho noutros espaços-tempo. Um pouco por toda parte a mulher tem a seu cargo, para além da reprodução biológica, a preparação dos alimentos, as compras para o consumo doméstico e o trabalho de organização e execução que permita a reprodução funcional da unidade familiar<sup>14</sup>.

Há uma tendência da forma de poder (o patriarcado) do espaço-tempo doméstico influenciar a subordinação da mulher no mercado de trabalho, sendo apropriada tanto pelo capital no espaço-tempo da cidadania, que a institucionaliza, no domínio do direito penal, direito da família e da segurança social.

É complexa a articulação do espaço-tempo doméstico com o espaço-tempo mundial. Dada a primazia do papel das mulheres na reprodução biológica da humanidade, a posição delas na família e na sociedade, a sua maior ou menor autonomia para tomar decisões, a sua educação e os seus valores, as suas atitudes perante o controle da natalidade e a educação dos filhos são fatores importantes em qualquer política de controle populacional.

A globalização da economia tem um impacto significativo e multifacetado no espaço-tempo doméstico, assim como a degradação ambiental, que se faz sentir com mais intensidade nos países do Sul, onde as tarefas domésticas são feitas em íntima relação com a natureza. Para além da expulsão dos camponeses das terras mais férteis, selecionadas para culturas comerciais e de exportação, os projetos de desenvolvimento agrícola (grandes barragens, projetos de irrigação) produzem múltiplos desequilíbrios ecológicos, tais como, a desertificação, o desmatamento e a salinização, tornando mais difícil a sobrevivência diária e a vida doméstica dos camponeses.

Obras como a de Esther Boserup, sobre o papel da mulher no desenvolvimento, publicada em 1970, mostraram as tendências para distinguir entre as posições das mulheres – tanto no espaço-tempo doméstico, como no espaço-tempo da produção – nos países do Norte e nos países do Sul, demonstrando que a aplicação das fendas de produtividade trabalhistas entre homens e mulheres ampliaram-se durante a década de 1960.

São três os argumentos apresentados por Boserup. Em primeiro lugar, a transição da chamada sociedade tradicional para a chamada sociedade moderna, que tem

---

<sup>14</sup> Idem, p. 302.



envolvido sempre a queda de status social das mulheres. Em segundo lugar, o aumento do nível tecnológico da produção agrícola e da produção industrial que afeta negativamente a taxa de emprego das mulheres, relativamente à dos homens. Em terceiro lugar, em toda a parte, há certas tarefas, aquelas relacionadas com a subsistência, que são quase exclusivamente desempenhadas por mulheres.

Apesar da validade geral desses argumentos, eles correm o risco de criar uma imagem abstrata das mulheres do Terceiro Mundo, não levando em conta as diferenças da situação em diferentes países e as diferenças de classe no interior de cada país.

Além disso, esses argumentos podem estar parcialmente desatualizados pelos processos de globalização da economia. O trabalho de Benaria e Sen<sup>15</sup> faz uma apreciação do livro de Boserup em face das transformações ocorridas nesses dez anos seguintes à sua publicação.

Com isso, difundiu-se internacionalmente à destruição do mito da neutralidade do desenvolvimento em termos do seu impacto sobre os sexos, aspecto que concentrou os olhares na mulher e permitiu advogar por melhorias em suas possibilidades de acesso aos setores modernos ou mais dinâmicos das economias.

Um outro aspecto, não menos importante na década de 1970, foi a crescente força social do movimento de mulheres, no nível internacional e, particularmente, nos países do Norte. As correntes de pensamentos do feminismo e seu ativismo político pela igualdade de direitos e oportunidades uniram-se para fazer viável a proposta de um ano internacional da mulher.

Em 1979, foi aprovada formalmente a “Convenção para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher”. Este Tratado, ratificado em 1995, constituiu-se em um dos seis Tratados Mundiais das Nações Unidas e é aquele para cuja aplicação tem-se despertado maior resistência para sua aplicação. A Conferência da Terra, em junho de 1992, no Rio de Janeiro, reconhecia as dificuldades e problemas para se avançar em termos do desenvolvimento sustentável.

---

<sup>15</sup> BENARIA, Lourdes.; SEM, G. Accumulation, reproduction and women's role in economic development. *Signs*, Boston, v.7, n.2, 1981.

Mesmo sendo estabelecido consenso mundial sobre os critérios de “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, ficou evidente que o significado do desenvolvimento tinha diferentes enfoques<sup>16</sup>.

Inicialmente, Buvinic<sup>17</sup> e depois Moser<sup>18</sup> estabeleceram um tipo de classificação ou tipos de enfoques para examinar a relação entre as políticas e as estratégias dirigidas para a mulher e as necessidades de gênero. Essas necessidades foram formuladas com base na posição genérica da mulher dentro da divisão sexual do trabalho.

O enfoque do bem-estar é um dos mais antigos e encontra-se em vigência em alguns países do Terceiro Mundo. Concretiza-se mediante estratégias de ação para “grupos vulneráveis”, débeis e subfinanciados. A ajuda tem sido proporcionada a mulheres de baixa renda, privilegiando suas funções reprodutivas na qualidade de esposa e mãe. Segundo Moser, o enfoque do bem-estar apóia-se em três suposições: que as mulheres são receptoras passivas do desenvolvimento, que a maternidade é o seu papel mais importante e que a educação e socialização das crianças é sua tarefa mais efetiva em todos os aspectos do desenvolvimento econômico.

O enfoque da equidade parte de outro ponto, e sobrepondo-se às estratégias de bem-estar, mostram-se evidências da importância do papel das mulheres, de seu atraso, em termos de produtividade, na isenção nos setores “de ponta”. As mulheres participavam fundamentalmente nos setores de subsistência e informal das economias, assinalando os obstáculos que encontravam para conseguir um trabalho remunerado. Essa abordagem pode ser considerada como primeiro enfoque sobre a mulher no Desenvolvimento (MED) que impulsionou muitas agências de cooperação internacional.

Esse enfoque incorporou também aspectos que buscaram a igualdade de oportunidade nas relações entre homens e mulheres no mercado. Deu uma ênfase muito importante à independência econômica das mulheres como sinônimo de igualdade.

---

<sup>16</sup> AJAMIL, Menchu. A visão do gênero na cooperação internacional. Trajetórias histórica e perspectivas. In: NEVES, Maria das Graças Ribeiro das; COSTA, Delaine Martins (Org.). *Gênero e desenvolvimento institucional em ONGs*. Rio de Janeiro: IBAM/ENSUR/NEMPP; Madrid: Instituto de la Mujer, 1995.

<sup>17</sup> BUVINIC, M. Project for women in the third world: explaining the irdmis behavior. *World Development*, London, v.7,n.11,1989.

<sup>18</sup> MOSER, Caroline, Gender planning in the third world: meeting practice aland strategic genderneeds. *World Development*, London, v.7, n.11,1989.

Não obstante, a lógica subjacente nesse enfoque é que as mulheres, tendo perdido terreno para os homens e a fim de melhorar a sua posição, devem competir e ocupar as posições ocupadas por estes, por meio de políticas positivas de discriminação, em caso de ser necessário.

O enfoque da antipobreza mostra que a desigualdade econômica entre homens e mulheres não está ligada à subordinação, mas à pobreza, mudando a ênfase da redução da desigualdade entre homens e mulheres à redução da desigualdade de renda. É identificado como o segundo enfoque da concepção sobre mulher no Desenvolvimento (MED).

Segundo Moser, o enfoque da antipobreza centra-se, basicamente, no papel produtivo das mulheres, assumindo que o alívio da pobreza e a promoção de um crescimento econômico equilibrado requerem uma maior produtividade das mulheres nos lares de baixa renda. Como consequência, as intervenções com essa concepção procuram incrementar as opções de emprego e geração de ingresso das mulheres, por meio de um melhor acesso dos recursos produtivos.

O enfoque da eficiência é o que desfruta de maior popularidade e apoio por parte dos organismos de cooperação e financiamento internacional. Esse enfoque propõe a tese de que uma maior participação econômica das mulheres nas iniciativas de desenvolvimento favoreceu a união da eficiência com a equidade. Com esta abordagem, observa-se uma passagem do enfoque da equidade para o enfoque da eficiência, dentro do marco da concepção global do MED. Tal passagem coincide com uma notável deterioração da economia mundial e com medidas de ajuste estrutural enfrentadas pelos países do Terceiro Mundo.

Produz-se, assim, um deslocamento do objetivo central a ênfase transfere-se das mulheres para o desenvolvimento, enfoque que tem a virtude de reconhecer que as mulheres são essenciais para o esforço do desenvolvimento em sua totalidade. Porém, esse enfoque, segundo Ajamil<sup>19</sup>, não significou melhoras de condições de vida e de trabalho para as mulheres. Na prática, tem significado um deslocamento de custos de economia remunerada para a não remunerada, particularmente, mediante o uso do tempo, sem salário, das mulheres. Privilegia-se seu papel reprodutivo e de gestora comunitária. Por essa razão, tem ganhado muita popularidade nas políticas de ajuste dos

---

<sup>19</sup> AJAMIL, op. cit., p. 33.

países. Com o trabalho gratuito das mulheres para atividades tais como autoconstrução, processamento de alimentos, etc. podem-se redistribuir recursos para outras áreas e cortar despesas em serviços. Assume-se, então, que muitos dos cortes podem ser amortecidos pela elasticidade do trabalho das mulheres.

O enfoque da aquisição e geração de poder, mais do que um enfoque, é uma estratégia de intervenção que se baseia em uma determinada concepção sobre o poder e suas origens não muito recentes. Na verdade, esse enfoque reconhece o triplo papel da mulher, em termos das suas funções reprodutivas, das suas funções produtivas e das suas funções comunitárias e a necessidade de produzir mudanças nos fatores que explicam as condições de subordinação da mulher. Para os que aderem a esse enfoque, são essenciais as mudanças nas leis, mudanças nos sistemas de propriedade, no acesso e na utilização de recursos por parte da mulher. Porém, é na forma de como alcançar essas mudanças que se identificam as diferenças fundamentais. Procura-se uma ação de cima para baixo por meio da força e pressão das mulheres organizadas. Por isso, procura-se mobilizar e gerar poder para a mudança pela conscientização das mulheres para desafiar sua subordinação.

O enfoque de gênero refere-se ao esforço sistemático de documentar e compreender os papéis de homens e mulheres dentro de contextos específicos, bem como as relações recíprocas entre tais papéis e a dinâmica social de tais contextos. As dimensões centrais do enfoque de gênero seriam: a divisão do trabalho por sexo, entre papéis produtivos e reprodutivos, no interior de ambas as categorias; as assimetrias por sexo no acesso e no controle de recursos e serviços; e os fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais, que incidem sobre os diferenciais anteriores.

### 3 EXPERIÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO, MEIO AMBIENTE E GÊNERO NAS ONGS DO CERRADO

No final da década de 1990, o crescente interesse das agências de desenvolvimento em ver a nova terminologia integrada às propostas de financiamento foi um incentivo para novas inserções no gênero.

Nas experiências observadas, a heterogeneidade dos grupos financiados aponta para para uma “abertura” no que se refere ao apoio de iniciativas que beneficiem as

mulheres. As ONGs pesquisadas não se consideravam feministas, mas preocupavam-se com as mulheres, que, em alguns projetos, como o das mulheres doceiras de Monte Carmelo (APR)<sup>20</sup>, eram maioria nas suas atividades e desenvolviam um programa destinado a elas. É o caso também das mulheres que lidam com plantas medicinais (comunidade do Cedro/Fundação Ecológica de Mineiros).

As preocupações com a mulher, o desenvolvimento e o meio ambiente, aparecem na fala de Donald Sawyer do ISPN, coordenador do PPP, órgão que financiou todos esses projetos. Para Sawyer, existem pessoas que julgam que a mulher, por natureza, teria mais ligações com certas questões ambientais, mas prefere pensar em termos mais universais, o que dá a medida da orientação dos programas coordenados pelo ISPN. A ideia de universalidade pode encobrir a diferença entre as vozes e práticas das mulheres.

Porém, existe um esforço do ISPN de entender, a partir das Conferências, as dificuldades das relações entre feministas e ambientalistas. Segundo Donald Sawyer, as dificuldades na relação gênero e sustentabilidade têm muito a ver com o medo do malthusianismo. Os movimentos de mulheres estavam resistindo ao controle da natalidade e consideravam que o ambientalismo seria a nova roupagem para o argumento malthusiano, que limita o crescimento da população, supondo que poderia ser uma ingerência no corpo da mulher, uma imposição. Existe uma longa tradição nesse sentido, desde a década de 1960, com os controlistas de um lado e os anticontrolistas do outro, incluindo a esquerda, intelectuais, Igreja, que, por motivos diferentes, resistem ao controle.

Donald Sawyer referiu-se a dificuldade do trabalho com as mulheres afirmando que as mudanças para elas, são muito difíceis, visto que aceitam o que os companheiros impõem. Se em alguns lugares se encontram mulheres combativas e organizadas, em outros, elas estão ausentes dos sindicatos e das associações e nos lugares de melhor prestígio e poder. Nesse item, procura-se discutir como as geometrias ligadas ao poder econômico da globalização, às orientações do feminismo transnacional, das agências de financiamento (pela materialização dos recursos) e à questão da preservação do cerrado apareceriam no encontro das ONGs com as mulheres do Cerrado envolvidas nos projetos.

---

<sup>20</sup> APR- Animação Pastoral Rural – ONG de Uberlândia/MG.

No Cerrado, especialmente nas áreas de ação das ONGs estudadas, que atuam nos Estados de Minas Gerais (mulheres doceiras – APR), Goiás (Mineiros, Comunidade do Cedro e Associação de Mulheres de Trindade) e do Tocantins (Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Corda – Wanderlândia), as mulheres eram divididas entre casa e a roça. Em casa, elas eram responsáveis pelas múltiplas tarefas envolvidas na reprodução social – cuidar das crianças, da casa, fazer faxina, lavar roupa, cozinhar. Além disso, ocupavam-se do cultivo de subsistência da família. O trabalho doméstico era percebido como ordem natural das coisas, e o trabalho na roça era visto como domínio masculino por causa do valor de troca produzido, portanto, sem reconhecimento social.

Na região de Monte Carmelo (MG), e Mineiros (GO), observou-se o trabalho comunitário, e particularmente a atuação de mulheres como agentes de saúde. Em Monte Carmelo (MG) foi expressiva a participação da Igreja na organização das comunidades, movimento iniciado nos anos 1970-1976, com um expressivo avanço nos anos 1980-1988. No final de 1998, quando foram conhecidos os projetos da APR, que nessa região se colocava também a serviço dos movimentos populares, a grande queixa de D. Odete, líder comunitária, guardiã da história dos movimentos populares na região e, naquele momento, participante da Associação dos Colaboradores Familiares, era a dificuldade de se fazerem reconhecer e da pouca participação no sindicato e partido. Dado o papel do gênero na divisão do trabalho, as mulheres não eram definidas como trabalhadoras, apesar da natureza indispensável da sua atividade na sobrevivência.

Esse apagamento discursivo tem na visão de MillieThayer, numa pesquisa realizada com mulheres trabalhadoras rurais pertencentes ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), no sertão pernambucano, consequências importantes para os direitos das mulheres. Até os anos 1980, era negada às mulheres a condição plena de membro dos sindicatos. Essa política mudaria em 1985, depois que o MMTR encabeçou uma campanha nacional e levantou a questão no Congresso da CONTAG, a Confederação Nacional de Trabalhadores Agrícolas. Muitas mulheres acabaram internalizando nelas mesmas essa condição de inexistência como produtoras de valor de troca – um elo comum entre as mulheres do sertão nordestino e mulheres do Cerrado no Brasil Central.

Entretanto, foi preocupação das ONGs pesquisadas, voltadas para um trabalho de assessoria, especialmente, para os trabalhadores rurais, buscar a valorização do papel da

mulher na família, estudando e debatendo aspectos relativos à sexualidade, afetividade, dimensões políticas e religiosas incentivando a sua própria organização e a participação nas propostas diferenciadas de trabalho oferecido por aquelas ONGs. Essas atividades resultavam-lhes atraentes, uma vez que ofereciam benefícios concretos – possibilidades de geração de renda, novos conhecimentos e apreciada oportunidade de interação social – e, ao mesmo tempo, eram “seguras”, já que nessas atividades aparentemente desempenhavam “papéis tradicionais”. Mas as atividades desenvolvidas estimulavam redefinições dos espaços masculinos e femininos e modificações concretas nas interações domésticas e extra-domésticas.

No projeto desenvolvido pela APR (MG) com doceiras, o fato dessas mulheres reunirem-se em um só local para confeccionar o doce, mantendo um padrão de qualidade, altera hábitos, pois cada uma delas tinha o costume de produzir o seu doce na própria casa e trazê-lo para a venda, porquanto a APR encarregava-se de colocar os produtos na feira e nos supermercados. Mas com a exigência de um padrão de qualidade posto pelo mercado, de sabor, cor, embalagem, a organização precisou reuni-las para discutir as formas de melhor realizar essas exigências. Com isso, passaram a ter uma atividade “fora de casa”, vivenciando tensão principalmente com os maridos.

A APR incentivava a que uma dessas mulheres participasse como conselheira do Conselho Gestor da Associação dos Pequenos Produtores da Unidade Familiar, da região de Monte Carmelo. Em entrevista com Jocelene, participante do Conselho, ela perguntou: “O que é esta história de gênero?”. Ao esforçar-se para entender a importância dessa nova linguagem para seu trabalho, para sua atuação, ela percebia que a ênfase nas relações entre homens e mulheres ampliava seu campo de visão e atuação. De fato, ela começou a perceber que a novidade do discurso ocultava uma abordagem que, em parte, lhe era familiar, a noção de que aquilo que é considerado masculino ou feminino na sociedade é socialmente construído. Gênero, referia-se a uma relação de poder entre homens e mulheres, e Jocelene começou a perceber como essas relações ocorriam na sua própria casa e na associação comunitária onde atuava.

O trabalho com plantas medicinais do Cerrado apontou uma outra linha de atuação das ONGs pesquisadas, no equacionamento gênero e meio ambiente. As ONGs de Goiás, Malunga e Fundação Ecológica de Mineiros, pelo projeto de implantação do Centro Comunitário de Plantas Medicinais da Comunidade do Cedro, buscam a valorização do saber comunitário, embora a atuação das ONGs se dê também em

perseguir soluções técnicas externas. Nesses projetos, as mulheres têm uma grande participação, pois trazem consigo toda uma sabedoria acumulada e escondida em suas mãos. Elas manipulam o angico, barbatimão, jatobá e raízes diversas para a produção de pomada, xarope, chás, lombrigueiros e multimistura.

Os projetos de multimistura, desenvolvido pelas mulheres Negras/Agente Pastoral (Malunga), que forçosamente trabalham com a biodiversidade, constituem um complemento alimentar que contém nutrientes e sais minerais, feito de folhas que geralmente são jogadas fora. A multimistura é uma solução nutritiva e barata para combater a fome no país. Portanto, outra experiência bem sucedida de projetos que de alguma maneira incorporam gênero com a questão ambiental, no trabalho com as unidades de conservação, refere-se à capacitação para produzir uma alimentação alternativa e de medicamentos com plantas medicinais do Cerrado, desenvolvida junto à Comunidade do Cedro pela Fundação Ecológica de Mineiros/Go. A forma de organização da produção é baseada no trabalho voluntário e a distribuição conforme a necessidade de cada família. No entanto, o excedente pode ser vendido para pessoas de fora da comunidade, com o aumento da procura, o preço é calculado apenas para reposição dos ingredientes.

Enfim, o desafio hoje, parece ser criar um campo de trabalho que efetivamente passe de uma mobilização ou uma conscientização sobre um tema para uma ação concreta, prática. Esse desafio mostrou-se importante para as ONGs pesquisadas, que necessitam investir mais em como colaborar na gestão para que a mulher esteja inserida nos diversos cotidianos.

## REFERÊNCIAS

AJAMIL, Menchu. A visão do gênero na cooperação internacional. Trajetórias histórica e perspectivas. In: NEVES, Maria das Graças Ribeiro das; COSTA, Delaine Martins (Org.). *Gênero e desenvolvimento institucional em ONGs*. Rio de Janeiro: IBAM/ENSUR/NEMPP; Madrid: Instituto de laMujer, 1995.

ALCOFF, Linda. Cultural Feminism versus post-structuralism: the identity crisis in feminist theory. *Signs*, London, v. 13, n. 3, 1988.

ALVAREZ, S. E. Advocating feminism. The Latina American feminist NGO “Boom”. *International Feminist Journal of Politics*, v. 1, p. 191, 1999.

BENARIA, Lourdes.; SEM, G. Accumulation, reproduction and women’s role in economic development. *Signs*, Boston, v.7, n.2, 1981.



BUTLER, Judith. *Gender trouble, feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

BUVINIC, M. Projeto for women in the third world: explaining their misbehavior. *World Development*, London, v.7, n.11, 1989.

FRAZER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of factuality existing democracy. In: *Justice interrupts: critical reflections on the post-socialist condition*. New York: Routledge, 1997.

FRAZER, Nancy. Women, welfare and the politics of need interpretation. In: *Unruly practices: power, discourse and gender in contemporary social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs and women*. The reinvention of nature. New York: Routledge, 1991.

MOSER, Caroline. Gender planning in the third world: meeting practical and strategic gender needs. *World Development*, London, v.7, n.11, 1989.

PISCITELLI, Adriana. *Paradoxos: perspectivas contemporâneas de gênero no embate entre feminismos globais e ativismos locais*. Campinas: Pagu, 2001, p. 03. (mimeo).

PISCITELLI, Adriana. *Third world practices, first world funding and the women between: a case study in Brasil* – Campinas: Pagu/Unicamp, 1998 – onde a autora reflete sobre o trabalho com a ADITEPP.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1977, p. 286.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução de Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA & BRUSCHINI. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas/Rosa dos Ventos, 1992.

STRATHERN, Marilyn. *Between a Melanesian and a feminist*. Reproducing the future, Anthropology, kinship and the new reproductive Technologies. New York: Routledge, 1992.

STRATHERN, Marilyn. *The gender of the gift*. California: University of California Press, 1988.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina, n. 9, jan-jun. 2001, p. 107.

VARIKAS, Eleni. *Feminism, modernité, posmodernisme*. Observação pour um dialogue des deux cotes de l'océan, 1993. (mimeo).

(Recebido em fevereiro de 2016; aceito em março de 2016)